

Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

IDENTIFICAÇÃO E PROPOSTA DE MELHORIAS DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS DO MERCADO PÚBLICO DA TORRE - JOÃO PESSOA, PB.

Mariana Moreira de OLIVEIRA¹, José Vicente Damante Ângelo e SILVA¹, Elisângela Maria Rodrigues ROCHA²

¹ Departamento de Engenharia Ambiental, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campus I, João Pessoa-PB. E-mail: marianamoreiraa@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campus I. Professora do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da UFPB.

RESUMO

O mercado público da Torre, situado em um bairro de classe média é um dos mais tradicionais da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa, o qual faz parte do patrimônio imaterial e cultural da cidade. Este trabalho teve o objetivo de analisar as condições higiênico-sanitárias deste mercado quanto à qualidade da água utilizada, situação da coleta de lixo, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, iluminação e ventilação dos boxes, verificando suas implicações sobre o meio ambiente e a saúde humana. As condições de acessibilidade também foram avaliadas. Realizou-se entrevistas com os comerciantes e registros fotográficos. Os resultados mostraram condições precárias de esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e acessibilidade. Sugere-se com este trabalho a implantação de coletores de lixo, campanhas educativas, entre outras medidas.

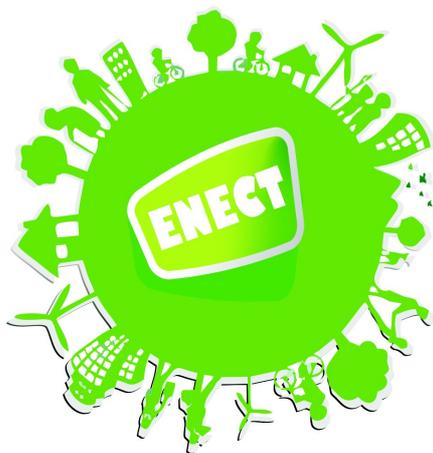
PALAVRAS CHAVE: Mercado público, condições higiênico-sanitárias, saneamento, saúde.

1 INTRODUÇÃO

O saneamento de estabelecimentos públicos tem como finalidades principais a garantia da saúde da população, proteção da qualidade ambiental, preservação dos recursos naturais, além de incentivar a produção mais limpa, quando possível¹.

Para que esses aspectos sejam atendidos de maneira satisfatória, é imprescindível que, além das intervenções do poder público através de obras que garantam infraestrutura adequada ao desenvolvimento das atividades, a população também participe contribuindo para a manutenção dos serviços oferecidos nesses estabelecimentos. Como bem destacado no art. 2 § 2, da lei 8.080/904 que traz o dever do estado sem excluir o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

Segundo SENAC *apud* PEREIRA³, a microbiota natural, os contaminantes patogênicos e deterioradores, bem como as condições de higiene, são responsáveis



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

pela qualidade do alimento. A multiplicação dos micro-organismos é condicionada pelo tipo de alimento e as condições do ambiente.

Diante desse o contexto o saneamento ambiental apresenta-se como uma ferramenta importante, pois reflete diretamente nos índices de saúde da população e também nas condições ambientais. Sendo responsável pela prevenção de doenças, segurança hídrica, preservação do meio ambiente, bem como, a redução das desigualdades sociais, desenvolvimento econômico da região atendida, ocupação adequada do solo, prevenção e redução de acidentes ambientais e eventos como enchentes, falta de água e poluição⁴.

O presente trabalho teve por objetivo realizar um levantamento das condições higiênico-sanitárias do mercado público da Torre, bem como verificar a infraestrutura disponível e os tipos de alimentos comercializados, para uma análise comparativa da situação com os requisitos de um ambiente salubre para os comerciantes e usuários.

2 METODOLOGIA

2.1. Caracterização da área de estudo

O estudo foi realizado no mercado público, localizado no bairro da Torre, zona norte da cidade de João Pessoa – PB. O Mercado possui uma área total de 5 mil metros quadrados e abriga atualmente 255 boxes.

Atualmente encontra-se em reforma. As obras tiveram início em abril de 2011 e a previsão de conclusão é novembro de 2012. Investidos aproximadamente de R\$ 6,5 milhões pela prefeitura de João Pessoa, o projeto prevê a construção do mercado em setores, uma praça de alimentação, um novo sistema de drenagem; sistema de esgotamento sanitário, sistema próprio de abastecimento de água, melhorias na iluminação e ainda uma Estação Digital⁵.

2.2. Procedimentos adotados



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB



Fonte: própria (2011).

Outro problema apontado por alguns comerciantes e evidenciado na visita foi o despejo de água remanescente do gelo usado para conservar o camarão no corredor do próprio mercado. Tal medida causa mau cheiro, que piora ao decorrer do dia à medida que a água seca. Para minimizar o odor desagradável, um dos comerciantes afirmou colocar cloro e lavar o chão sempre que possível.

3.2. Coleta dos Resíduos Sólidos

De acordo com os comerciantes entrevistados, a coleta de resíduos ocorre de forma regular durante os dias úteis. Cada comerciante reúne seus resíduos gerados, coloca-os em tambores localizados na parte de trás do mercado. Deste local, o caminhão da prefeitura os encaminha para o aterro sanitário. Observou-se que a quantidade de coletores é insuficiente para armazenar o total do lixo produzido, conforme é mostrado na figura 2.

Segundo alguns comerciantes, a coleta de resíduos é precária durante o fim de semana. Isso se torna um problema, pois devido ao maior movimento, a geração de resíduos tende a ser maior. Tal situação propicia atração de ratos e outros animais que são considerados vetores de doenças. Contudo os únicos animais observados durante as visitas in loco foram gatos, cachorros e pombos.



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

Apesar da existência regular da coleta dos resíduos e da presença dos agentes de limpeza, os quais afirmaram realizar diariamente a limpeza do mercado, verificaram-se locais de acúmulo de resíduos dentro do mercado.

Figura 2 – Armazenamento do lixo



Fonte: própria (2011).

Em relação aos materiais recicláveis, o único tipo de material separado pelos comerciantes são as caixas de papelão, que são destinadas aos catadores que passam ao longo da semana. Porém, foram encontrados papelões espalhados no mercado, o que demonstra que nem todos os comerciantes fazem essa separação, ou ao menos não se preocupam com a destinação correta.

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei 12.305/1013) a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos é compartilhada. Não se pode, entretanto, atribuir toda a culpa por esse comportamento ambientalmente inadequado aos comerciantes e usuários do mercado, uma vez que em nenhum momento foram identificadas lixeiras ou qualquer outra espécie de coletor padronizado na área de estudo.

3.3. Doenças



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

de seus boxes para a rua, como forma de evitar que a água retornasse da rua para dentro do estabelecimento. Outros construíam pequenas barreiras de cimento, evitando que a água acumulada nos corredores entre nos boxes (figura 4). Essas são medidas paliativas, que logo precisam ser reforçadas quando o volume de água é maior.

Figura 4 – Obstruções e barreiras de cimento



Fonte: própria (2011).

Em relação à drenagem, registrou-se a existência 7 (sete) bueiros, dos quais 3 estavam com lixo em seu interior. Além disso, muito lixo foi encontrado jogado nas calçadas e na rua, o que favorece o entupimento das galerias.

Mais um fator que pode estar contribuindo para as inundações do mercado é a falta de vegetação ao redor do mercado. Não foi identificada qualquer espécie de vegetação que favoreça a drenagem natural. Todas as construções em volta, tem suas calçadas impermeáveis, o que aumenta o escoamento e sobrecarrega as galerias de águas pluviais.

3.5. Iluminação e ventilação

Verificou-se que as condições de iluminação natural e ventilação em alguns locais do mercado são bastante precárias em função da grande concentração de



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

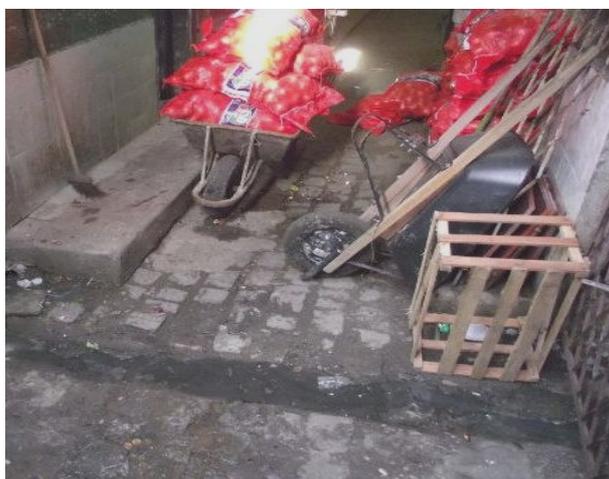
boxes e de sua arquitetura. O tipo de material do telhado dos boxes pode também contribuir nesse sentido. Boa parte apresenta telhado baixo, composto por telhas de zinco e amianto, o que favorece o aumento da temperatura.

O aspecto da ventilação no mercado é importante uma vez que João Pessoa, por ser uma cidade litorânea situada no Nordeste brasileiro, apresenta clima quente e úmido. Esses fatores podem favorecer a proliferação de bactérias nos alimentos, sua deterioração mais rápida e conseqüentemente, prejuízos à saúde da população.

3.6. Acessibilidade

Sobre as condições de acessibilidade, o mercado também apresenta falhas graves. A partir da pesquisa de campo, constatou-se a ausência de rampas de acesso para os cadeirantes e de condições de acessibilidade nos banheiros; irregularidades entre os blocos do piso; e existência de batentes e desníveis. A disposição inadequada de mercadorias e equipamentos foi observada tanto do lado de dentro com a colocação de carrinhos de mão, caixas e sacos de alimentos espalhados pelos corredores (figura 5), e até mesmo dentro de alguns boxes, em que é possível ver bolsas e carnes sendo vendidos num mesmo ambiente, quanto do lado de fora, onde calçadas são ocupadas por caixotes de mercadorias.

Figura 5 – Carrinho de mão com mercadorias nos corredores





Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

Fonte: própria (2011).

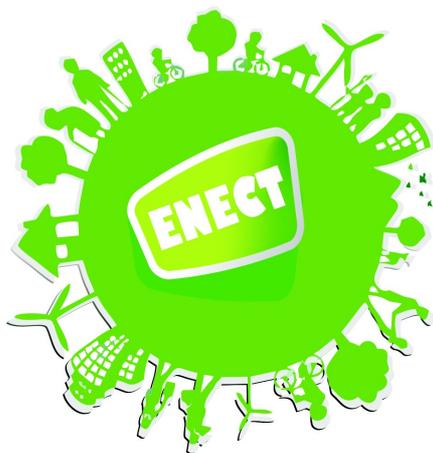
3.7. Ações propostas

- Organização do mercado por setores
- Afastamento dos boxes entre os que comercializam rações para animais e os que comercializam alimentos.
- Instalação de coletores específicos para lixo orgânico e para lixo reciclável em quantidade suficiente e em locais de fácil acesso tanto para comerciantes quanto para consumidores.
- Campanhas contínuas de divulgação, pela prefeitura, dos benefícios da disposição adequada do lixo e acondicionamento correto dos alimentos, além de um treinamento semestral com os comerciantes orientando-os sobre o gerenciamento correto dos resíduos e seus benefícios.
- Adequação às condições de acessibilidade, como a destinação de vagas de estacionamento para deficientes; sanitários e vestiários acessíveis, com barras de apoio e os espaçamentos estabelecidos pela NBR 9050/0414; criação de rotas acessíveis no interior do mercado, rampas com inclinações adequadas para cadeirantes e sinalização do piso com material que auxilie o deslocamento de deficientes visuais.

4 CONCLUSÃO

Observou-se que, mesmo com as dificuldades e limitações atuais do mercado, os comerciantes estavam confiantes em relação à melhora do local, em virtude da reforma do mercado.

Constatou-se que as condições higiênico-sanitárias do mercado da Torre ainda são precárias e necessitam de intervenções não apenas estruturais, mas de qualidade de serviços, produtos, conforto e de saúde. Foram verificadas carências nos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem, no armazenamento, coleta e transporte dos resíduos sólidos, nas formas de acondicionamento e organização



Encontro Nacional de Educação, Ciência e Tecnologia/UEPB

dos equipamentos. Tais condições dependem de vários agentes: prefeitura, comerciantes e usuários.

REFERÊNCIAS

1. ROCHA, Elisângela Maria Rodrigues. CT - UFPB. Disciplinas da Graduação. Saneamento Ambiental. Aula 22. Disponível em: <http://www.ct.ufpb.br/~elis/SaneamentoAmbiental/SaneamentoAula22.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2011.
2. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990; 19 set.
3. PEREIRA, J. B. Avaliação das boas práticas em açougues no mercado municipal de Tailândia -PA. Instituto de Pós-Graduação em medicina veterinária, Universidade Castelo Branco. 2009.
4. INSTITUTO TRATA BRASIL. Cartilha de Saneamento. 2009. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/novo_site/cms/templates/trata_brasil/utl/pdf/Cartilha_de_saneamento.pdf. Acesso em 29 de jun. 2011.
5. WSCOM. Mercado da Torre terá reforma concluída em 2012. Paraíba, 20 mai. 2011. Disponível em: <http://www.wscom.com.br/noticia/paraiba/MERCADO+DA+TORRE+EM+REFORMA-106652>. Acesso em: 05 jul. 2011.
6. BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 02 ago.
7. ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 9050/2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2011.